

NOVO AUXÍLIO EMERGENCIAL: ESTIMATIVAS DOS EFEITOS SOBRE RENDA

Lauro Gonzalez¹

Leonardo Oliveira²

1. Contexto e Objetivos

Os primeiros meses de 2021 mostram que, infelizmente, o ano de 2020 pode deixar saudades. No Brasil, a atual segunda onda da pandemia configura-se maior e mais letal do que a ocorrida em meados de 2020, o que se somou à interrupção abrupta do pagamento do auxílio emergencial (AE) durante o primeiro trimestre de 2021. Foram 9 parcelas pagas em 2020, sendo 5 de R\$ 600 ou R\$ 1200 e, posteriormente, 4 de R\$ 300 ou R\$ 600. Apenas valores residuais foram pagos em janeiro deste ano.

Os possíveis cenários para 2021 e 2022 continuam dependendo basicamente de três fatores inter-relacionados: i) a evolução da pandemia, fator incerto diante das variantes do vírus e da possibilidade de novas ondas; ii) capacidade de vacinação; e iii) políticas públicas visando mitigar os efeitos da COVID-19.

A partir de 6 de abril, o governo começará a pagar uma nova rodada de 4 parcelas do AE. Tanto os valores quanto a quantidade de pessoas que receberão o auxílio serão menores do que em 2020, quando cerca de 68 milhões de pessoas foram beneficiadas. O AE de 2021 será pago para mais de 45 milhões

¹ Professor da FGV-EAESP e coordenador do Centro de Estudos em Microfinanças e Inclusão Financeira da FGV (Twitter: @LauroGonz2019).

² Pesquisador do Centro de Estudos em Microfinanças e Inclusão Financeira da FGV (Twitter: @lleomo5).

de pessoas e as regras não permitem novos cadastramentos. Portanto, ninguém que tenha ficado de fora das rodadas anteriores pode solicitar agora, mesmo aqueles que se enquadrem nos critérios de elegibilidade. Além disso, o valor total dos pagamentos, conforme orçado pelo governo, é de R\$ 43 bilhões, o que corresponde a menos de 15% do que foi pago em 2020 (R\$293 bilhões).

Aproximadamente 20 milhões de pessoas que compõe uma família unipessoal receberão parcelas de R\$ 150, outras 16,7 milhões que têm famílias de 2 ou mais pessoas terão direito a parcelas de R\$ 250 e 9,3 milhões de mulheres que vivem em famílias nas quais são a única provedora receberão parcelas de R\$ 375³.

Considerando os valores e os respectivos critérios para recebimento ou público-alvo, o estudo aqui apresentado visa estimar os efeitos da nova rodada do AE a partir dos dados da PNAD-COVID (IBGE, 2020).

2. Principais Variáveis e hipóteses

- a) Renda usual: Valores normalmente recebidos em dinheiro e/ou mercadorias pelo trabalho (questão C10) + aposentadoria ou pensão, rendimentos de aluguel ou previdência privada, e benefícios sociais como o Bolsa Família e o BPC-LOAS (questão D1). A renda usual representa, portanto, a estimativa da renda domiciliar antes da pandemia;
- b) Renda na pandemia sem o AE: Valores recebidos no trabalho durante a pandemia (questão C11) + demais rendimentos incluídos na renda usual, uma vez que estes últimos rendimentos, tais como aposentadoria e Bolsa Família, não foram afetados pela pandemia a priori;
- c) Perda/Ganho de renda sem o AE: Diferença entre a renda na pandemia sem o AE e a renda usual;

³ <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,maior-parte-do-publico-vai-receber-cota-minima-de-r-150-do-novo-auxilio-emergencial,70003649083>

- d) Renda na pandemia com o AE: Valores recebidos pelo trabalho durante a pandemia (questão C11) + demais rendimentos incluídos na renda usual (menos Bolsa Família) + valor recebido através do auxílio emergencial (questão D1e);
- e) Perda/Ganho de renda com o AE: Diferença entre renda na pandemia com o AE e a renda usual.

Para alcançar resultados mais próximos dos novos critérios, adotamos as seguintes hipóteses:

- De acordo com as regras da nova rodada⁴, não recebem o auxílio em 2021 pessoas que têm emprego com carteira assinada ou que recebem outro benefício do governo (exceto o Bolsa Família). Desta forma, excluímos da nossa base aqueles que responderam ter carteira assinada (C007B) e aqueles que receberam o Benefício de Prestação Continuada (D0041).
- Em relação aos 3 valores estabelecidos:
 - a. R\$ 375 para domicílios nos quais mulheres são a única provedora:

Selecionamos as mulheres que receberam valor dobrado (R\$ 1200) do AE em 2020;
 - b. R\$ 150 para domicílios compostos por apenas uma pessoa:

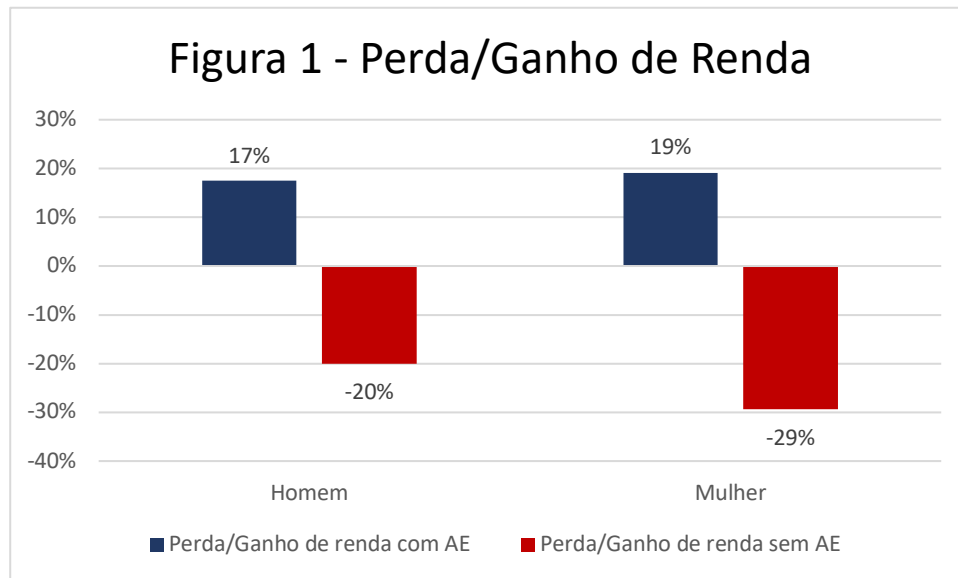
Excluímos dos dados aqueles que afirmaram ser beneficiários do Bolsa Família (D0051) e que responderam “não” às perguntas A001, itens 02 a 19;
 - c. R\$ 250 para os restantes na base, após as modificações acima citadas.

3. Resultados

As diversas figuras apresentadas nesta seção retratam diversos recortes considerando os novos valores do AE. As figuras 1 e 2 buscam retratar os efeitos gerais agregando os 3 valores distintos e seu respectivo público-alvo. Na figura

⁴ <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,auxilio-emergencial-entenda-as-novas-regras-para-ter-direito-ao-beneficio-em-2021,70003652826>

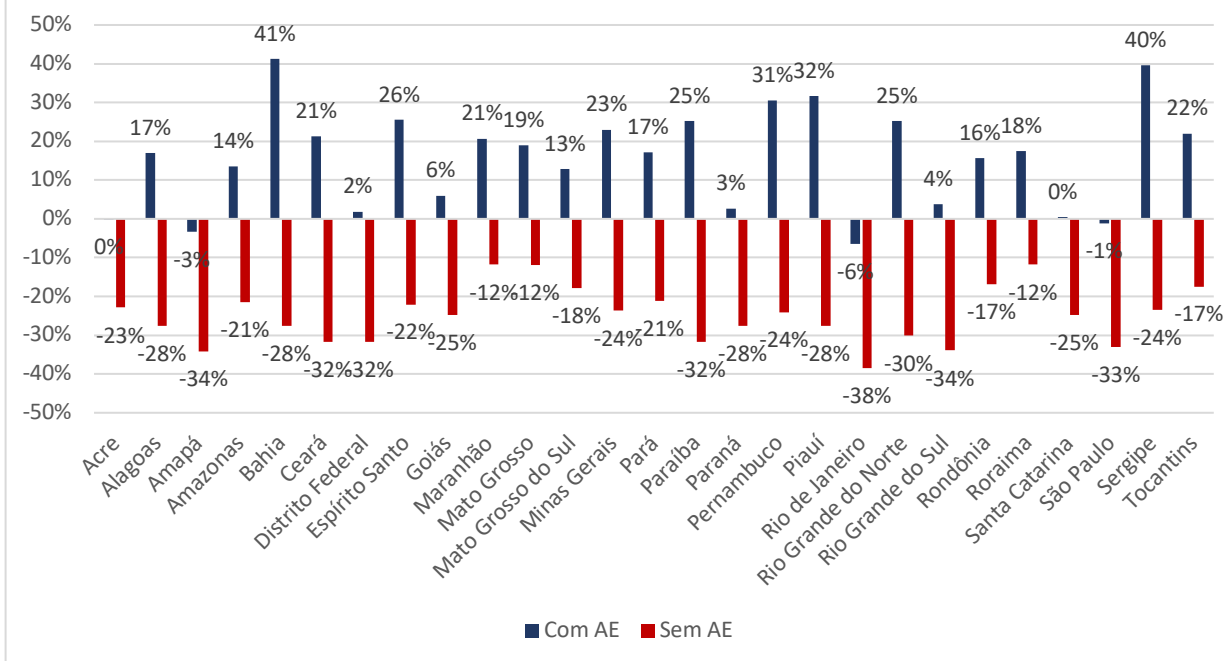
1, podemos observar que, de forma geral, o ganho médio para homens é de 17% e, para as mulheres, de 19%, sempre comparado à renda usual pré-pandemia. Sem o auxílio, as perdas de renda são de 20% e 29%, respectivamente.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD-COVID (IBGE, 2020).

A figura 2 apresenta os dados sobre a perda/ganho de renda por Unidade Federativa (UF). Como esperado, estados do nordeste do país registram os maiores ganhos, ressaltando o fato que os efeitos do AE são assimétricos e refletem a desigualdade regional do país.

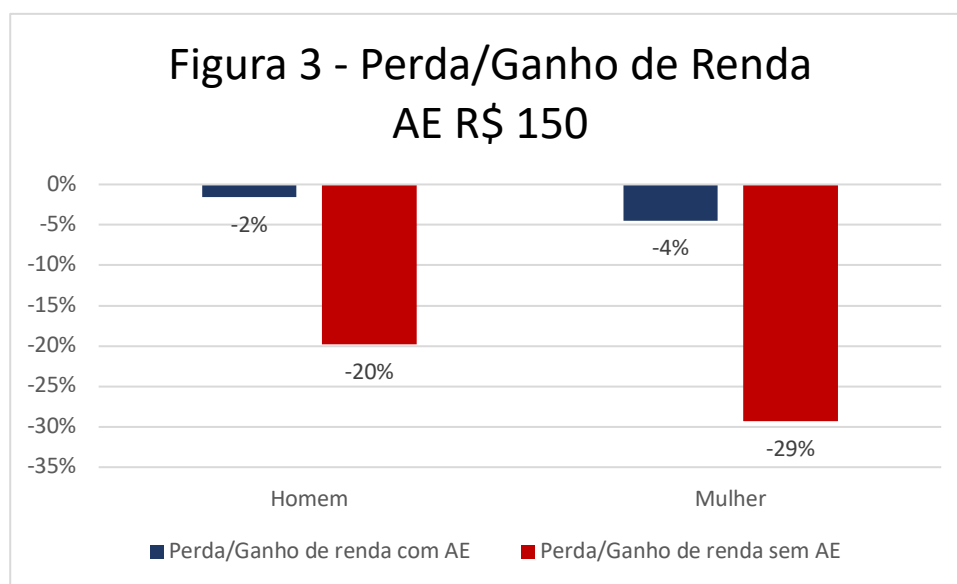
Figura 2 - Perda/Ganho de Renda por UF



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD-COVID (IBGE, 2020).

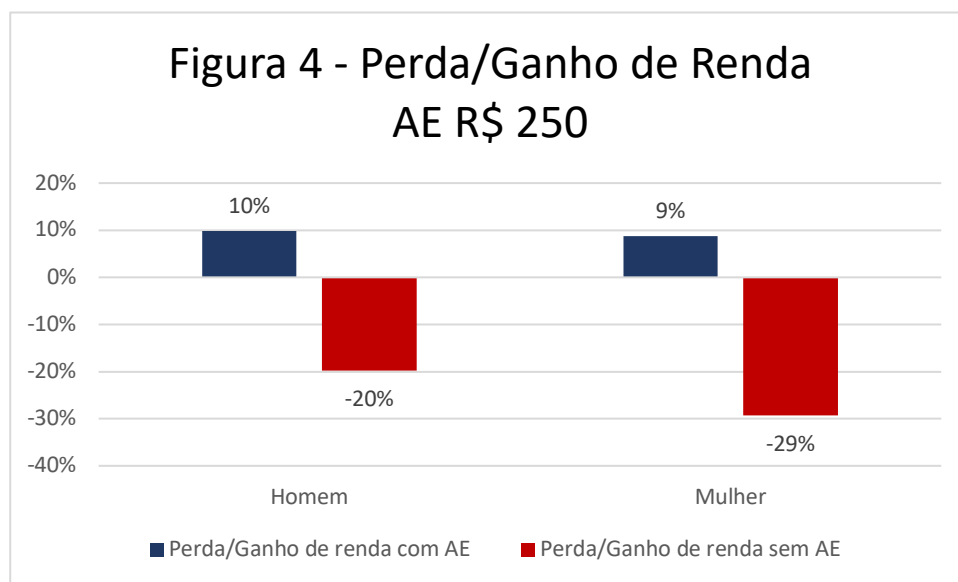
Os ganhos gerais estimados se alteram quando são considerados os diferentes grupos e os respectivos valores recebidos. Na figura 3 podemos observar o impacto do AE com um recorte de gênero para aqueles que receberão o auxílio de R\$ 150. Mesmo com o pagamento do benefício, há uma perda de 2% para os homens e de 4% para as mulheres.

Figura 3 - Perda/Ganho de Renda AE R\$ 150



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD-COVID (IBGE, 2020).

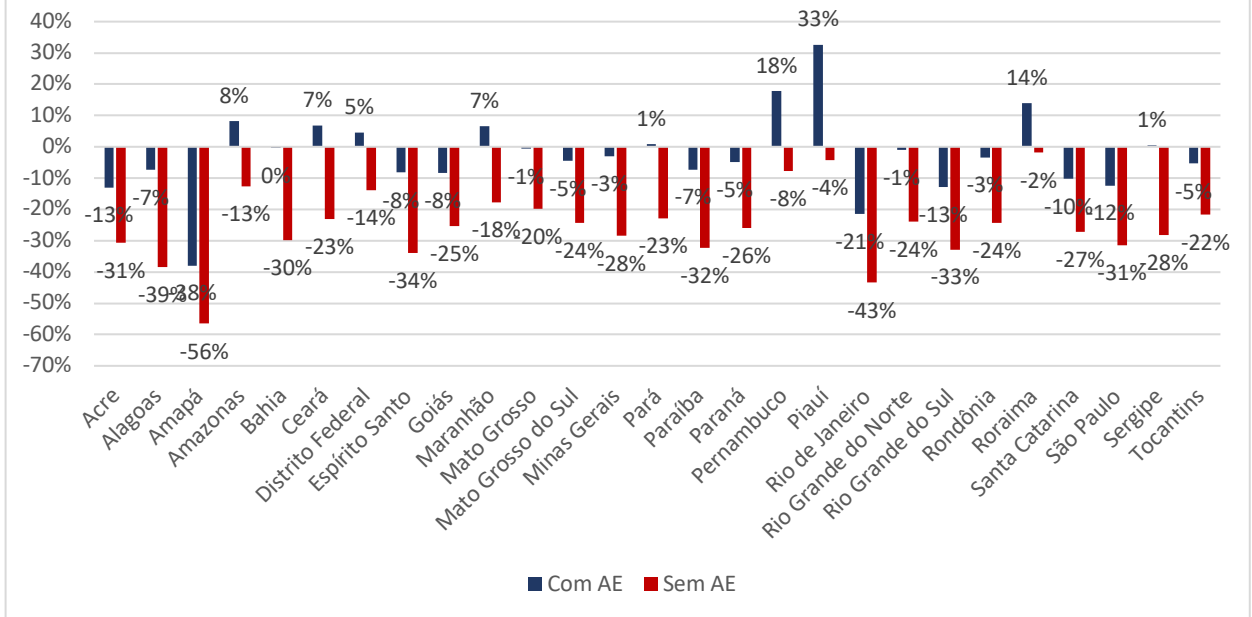
Já no caso daqueles que receberão uma parcela de R\$ 250 (figura 4), há ganhos de 10% e 9% para homens e mulheres, respectivamente. Nesse recorte, mulheres perdem mais com a ausência do AE.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD-COVID (IBGE, 2020).

As figuras 5 a 7 analisam o impacto por estado. No caso de um AE de R\$ 150 (figura 5), para grande maioria dos estados não haverá compensação suficiente. Os poucos estados que registram ganhos são do norte/nordeste.

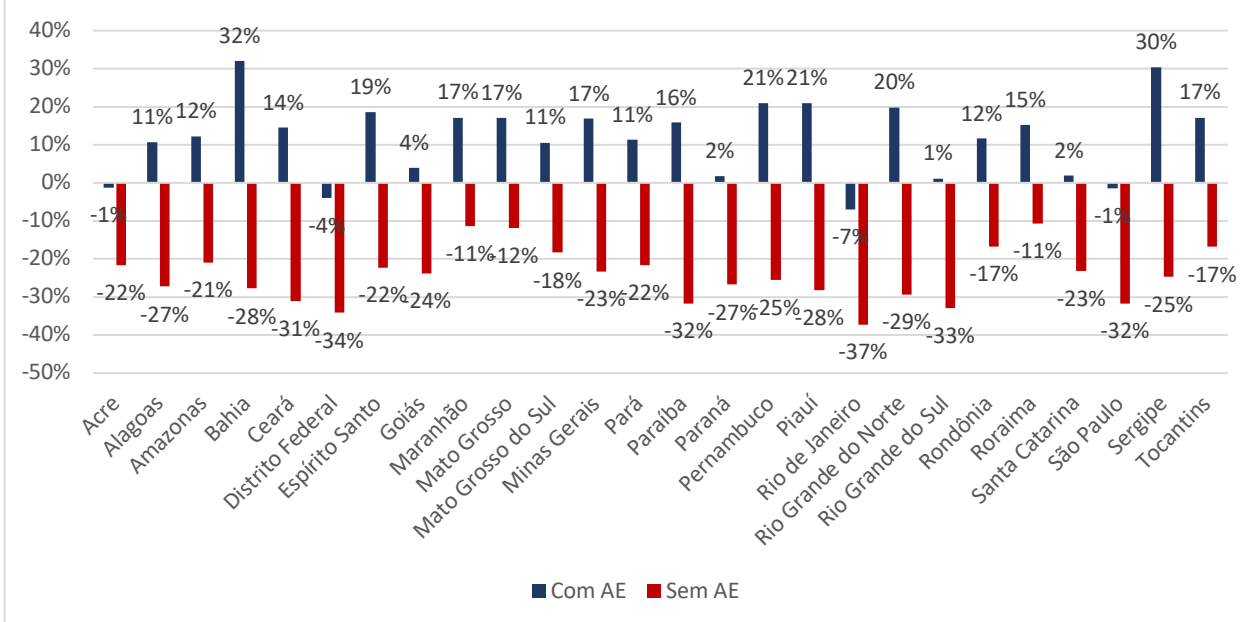
Figura 5 - Perda/Ganho de Renda por UF
AER\$150



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD-COVID (IBGE, 2020).

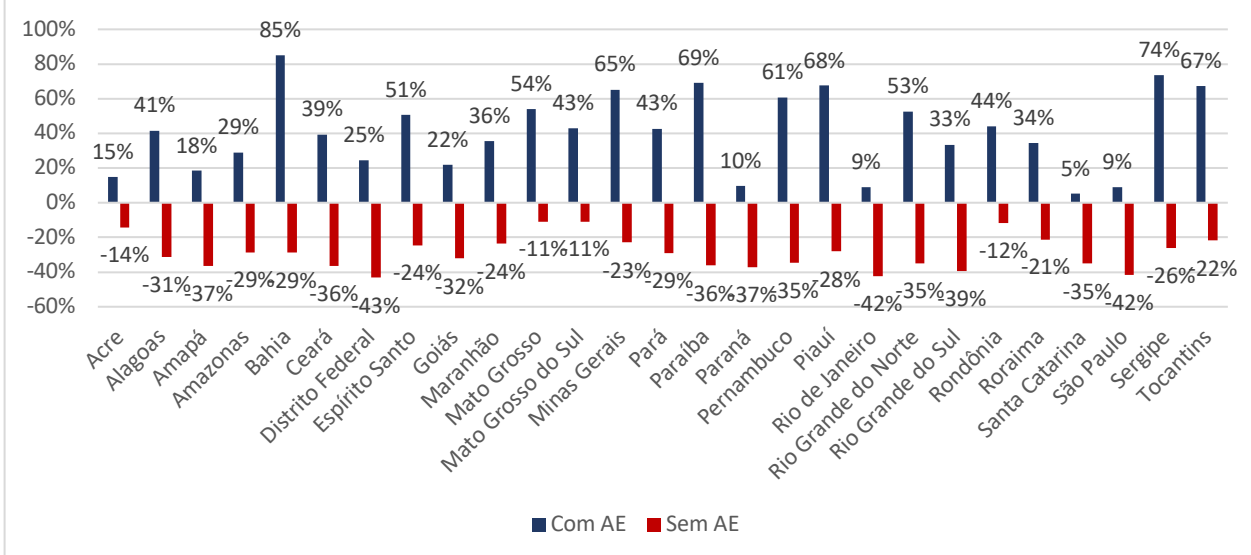
Com um AE de R\$ 250, a maior parte dos estados têm perdas de renda compensadas, conforme a figura 6. Com um pagamento de R\$ 375, feito a domicílios chefiadas por mulheres (figura 7), há ganhos para todas UFs.

**Figura 6 - Perda/Ganho de Renda por UF
AE R\$ 250**



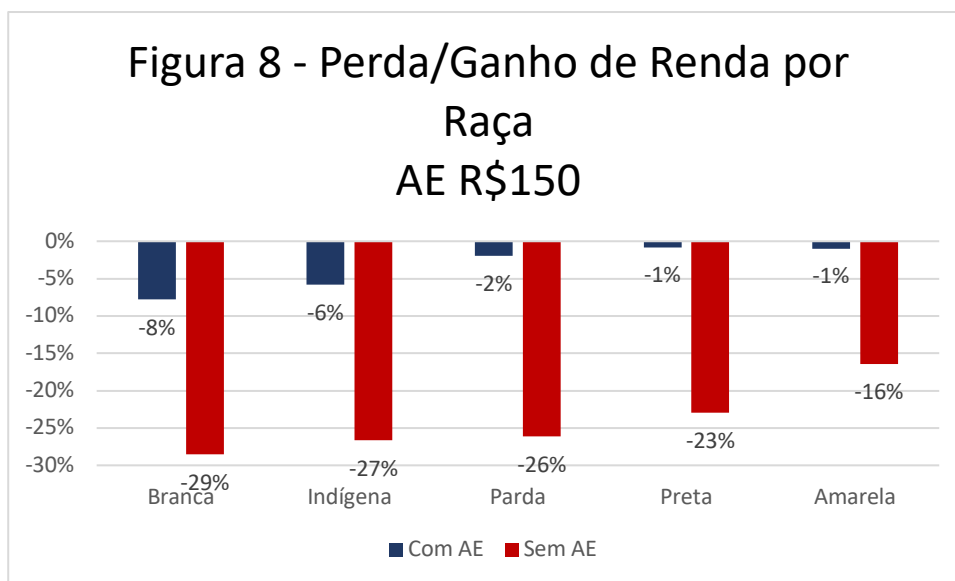
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD-COVID (IBGE, 2020).

**Figura 7 - Perda/Ganho de Renda por UF
AE R\$ 375**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD-COVID (IBGE, 2020).

Por fim, a figura 8 traz um recorte por raça e confirma o que foi dito anteriormente sobre a insuficiência do AE de R\$ 150.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD-COVID (IBGE, 2020).

4. Conclusão

O AE que começa a ser pago em abril de 2021 vem em formato reduzido, tanto em valor - R\$ 43 bi agora contra R\$ 293 bi em 2020 - quanto em público alcançado - 45,6 milhões de pessoas agora contra 68 milhões anteriormente. Diante das evidências de que o AE pago em 2020 contribuiu decisivamente para uma contração menor do PIB - queda de 4,1% diante de uma expectativa inicial de 9% - é preocupante imaginar um cenário combinando recrudescimento da pandemia e proteção social inadequada.

Cerca de 43% dos beneficiários do novo AE receberão parcelas de R\$ 150 e não terão suas perdas compensadas. Mesmo um valor de R\$ 250 não representa uma compensação para todos os estados, fato que pode se agravar diante da intensidade da segunda onda e do surgimento de eventuais novos repiques da doença ao longo de 2021.

REFERÊNCIA

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: PNAD COVID19 Julho. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2020.

Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/investigacoes-experimentais/estatisticas-experimentais/27946-divulgacao-semanal-pnadcovid1?t=downloads&utm_source=covid19&utm_medium=hotsite&utm_campaign=covid_19>. Acesso em: 31 de março de 2021.